



Geografia: Políticas e Democracia 2

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia, Políticas e Democracia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-146-6

DOI 10.22533/at.ed.466191902

1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. I.Lombardi,
Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: o Ensino de Geografia e os estudos pela abordagem ambiental na perspectiva política e democrática”, envolve estudos na área específica da Ciência Geográfica por duas abordagens distintas, mas por momentos se complementam através das práticas sociais que se estabelecem no espaço em sua totalidade.

A primeira, na área de Ensino de Geografia envolve estudos sob os mais diversos âmbitos entre eles: a música como norteadora dos conteúdos na Geografia, cidadania e ensino de Geografia, currículo mínimo na Geografia, educação ambiental, o ensino pela categoria paisagem na Geografia e as reflexões sobre as escolas rurais no Ensino de Geografia. A segunda, na área que envolve a abordagem ambientalista envolve os seguintes temas: os conflitos ambientais em regiões metropolitanas, áreas de preservação permanente ambiental nas bacias hidrográficas, regularização ambiental em imóveis rurais, os conflitos no campo e os impactos ambientais. Os 15 capítulos publicados pela editora Atena no volume 2, apresentam estudos de grande relevância contribuindo para os avanços da Ciência Geográfica pela perspectiva política e democrática.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos para que se tornem temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A MÚSICA COMO TEMA NORTEADOR DOS CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM OS ESTUDANTES DA EEEFM JOSÉ ROCHA SOBRINHO EM BANANEIRAS – PB	
Ana Cláudia Ribeiro da Silva Sâmara Rachel Ribeiro da Silva Trajano	
DOI 10.22533/at.ed.4661919021	
CAPÍTULO 2	11
CIDADANIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL TEREZA DONATO DE ARAÚJO NA CIDADE DE MARABÁ – PA	
Fernanda Dias Carneiro Camila Garcia Nascimento de Souza Flaviana da Silva Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4661919022	
CAPÍTULO 3	20
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CAMPUS FIOCRUZ DA MATA ATLÂNTICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SAUDÁVEL	
Priscilla Pedrette de Mello Alves Sebastião Martins de Medeiros Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4661919023	
CAPÍTULO 4	31
GEOGRAFIA E MÚSICA: APONTAMENTOS SOBRE UMA POSSIBILIDADE DEMOCRÁTICA	
Tiago Lins de Lima Josué da Costa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4661919024	
CAPÍTULO 5	41
O CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA FRENTE ÀS POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.4661919025	
CAPÍTULO 6	54
O CURRÍCULO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM SÃO CAETANO DO SUL: REFLEXÕES A PARTIR DO OLHAR DOCENTE	
David Augusto Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4661919026	
CAPÍTULO 7	64
O ENSINO DA PAISAGEM POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DA EDUCOPÉDIA E DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DO ESTUDANTE NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIO PENNA DA ROCHA SME/RJ	
Renata Bernardo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4661919027	

CAPÍTULO 8	75
REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA – DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Cristiane Cardoso Edileuza Dias de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.4661919028	
CAPÍTULO 9	84
REFLEXÕES SOBRE AS ESCOLAS RURAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO OU CURRÍCULO URBANO	
Abigail Bruna da Cruz Sandra de Castro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4661919029	
CAPÍTULO 10	94
O OLHAR DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE PARA MINAS GERAIS: ESTUDO DE CASO DE ITABIRA E BELO HORIZONTE	
Maria Luísa de Camargos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46619190210	
CAPÍTULO 11	110
TERRITÓRIOS E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA COMPREENSÃO DE UM ESTUDO DE CASO DE CONFLITOS AMBIENTAIS NO RIO DE JANEIRO	
Ana Maria Marques Santos Ana Carolina Marques Santos Tatiana de Souza Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.46619190211	
CAPÍTULO 12	120
CONTEXTUALIZAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL E A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS RURAIS EM MATO GROSSO	
Joelson de Souza Passos José Carlos Ugeda Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46619190212	
CAPÍTULO 13	134
CONFLITOS NO CAMPO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ-PI	
Helena Vanessa Maria da Silva Manuela Nunes Brito Leal	
DOI 10.22533/at.ed.46619190213	
CAPÍTULO 14	143
CARACTERÍSTICAS FISIAGRÁFICAS DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DA UHE SALTO DO RIO VERDINHO, GOIÁS, BRASIL	
Isabel Rodrigues da Rocha Daiane Ferreira Batista Wilson Sousa Queiroz Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.46619190214	

CAPÍTULO 15 155

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE,
JARDIM (MS)

Laís Viudes Modesto
Vitor Matheus Bacani

DOI 10.22533/at.ed.46619190215

SOBRE A ORGANIZADORA..... 163

REFLEXÕES SOBRE AS ESCOLAS RURAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO OU CURRÍCULO URBANO

Abigail Bruna da Cruz

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Alfenas, Minas Gerais.

Sandra de Castro de Azevedo

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Alfenas, Minas Gerais.

RESUMO: Para entender o processo de organização e funcionamento das escolas rurais essa pesquisa se propôs a compreender os processos históricos, políticos, econômicos e sociais que resultaram na troca da nomenclatura Educação Rural para Educação do Campo e a partir disso analisar as consequências dessa mudança para as escolas rurais que estão e aquelas que não estão envolvidas nos movimentos sociais agrários. Como metodologia usou-se a análise de documentos oficiais como PNDL, LDBEN o CBC, além de buscar apoio em revisões bibliográficas sobre este tema. Como campo de análise foi observada uma escola rural de um distrito pertencente a Alfenas-MG, onde os cadernos dos jovens que frequentam o ensino fundamental II foram analisados para compreender como o campo é retratado e que espaço que ocupa neste modelo de ensino. Percebeu-se que apesar de muitas conquistas que a Educação do Campo possibilitou, muitas escolas rurais, vivem a margem deste processo, sendo assim escolas localizadas no rural, mas,

com uma organização urbana. Este processo tende a ser reflexo da falta de investimento em materiais específicos, e formação continuada dos professores e da gestão, elementos que são essenciais para a consolidação da escola rural como escola, no sentido de possibilitar aos alunos deste espaço uma compreensão da realidade em sua totalidade (rural-urbano/local-global) valorizando sua situação como agente do rural, bem como sujeito de luta e de permanência deste espaço. **PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo, Escola Rural, Currículo Urbano.

ABSTRACT: To understand the process of organization and functioning of rural schools, this research aimed to understand the historical, political, economic and social processes that resulted in the exchange of the nomenclature of Rural Education for Field Education and from this, to analyze the consequences of this change for schools that are and are not involved in agrarian social movements. As methodology was used the analysis of official documents such as PNDL, LDBEN the CBC, besides seeking support in bibliographic reviews on this topic. As a field of analysis, a rural school in a district belonging to Alfenas-MG was observed, where the notebooks of young people attending elementary school II were analyzed to understand how the field is portrayed and what

space it occupies in this teaching model. It was noticed that despite many achievements that Field Education enabled, many rural schools live on the margins of this process, thus being schools located in the rural, but with an urban organization. This process tends to be a reflection of the lack of investment in specific materials, and the continuing training of teachers and management, elements that are essential for the consolidation of the rural school as a school, in order to enable the students of this space an understanding of the reality in their totality (rural-urban/local-global) valuing its situation as agent of the rural, as well as subject of struggle and permanence of this space.

KEYWORDS: Field Education, Rural School, Urban Curriculum

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil possui um espaço agrário muito diversificado no que se refere à organização social e de produção e dentro desta diversidade existe um elemento que é comum ao campo: as escolas rurais. Percebe-se que atualmente a denominação Educação Campo é a que predomina nos estudos e reflexões sobre as escolas localizadas no meio rural, mas é relevante compreender que este termo é relativamente novo e veio substituir o termo Educação Rural.

Essa troca se deu devido às questões ideológicas. Vista como um modelo de educação criada para atender aos interesses da elite a Educação Rural foi rejeitada e cedeu espaço para uma educação cujas ideologias mais se relacionassem com os movimentos sociais de luta pela terra, surgindo assim o termo Educação do Campo.

No entanto, as escolas que se localizam em áreas rurais que não estão inseridas diretamente com esses movimentos de luta pela terra, não seguem essa ideologia da Educação do Campo e muitas vezes utilizam o currículo urbano, que além de não ser significativo pode trazer sérias consequências para a permanência desta população na zona rural.

Dentro deste contexto, o presente trabalho propõe uma reflexão acerca das consequências da aplicação dos currículos urbanos nessas escolas rurais que não estão engajadas nos movimentos sociais, partindo da realidade observada em uma escola de um distrito pertencente O município de Alfenas-MG.

Para isso, procurou-se compreender o processo político, econômico e social que resultou na troca do termo Educação Rural pelo termo Educação do Campo e por fim entender e relacionar este processo de troca à atual hegemonia dos currículos urbanos nos espaços rurais, possibilitando uma reflexão acerca de suas consequências.

2 | OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa é a reflexão sobre as consequências da aplicação de currículos urbanos em escolas rurais que não estão envolvidas nos movimentos sociais agrários e posteriormente a discussão sobre a necessidade de aplicar a

Educação do Campo nesses espaços.

Como objetivos específicos, buscou-se compreender como a realidade do espaço rural é abordado nas escolas rurais que seguem um currículo urbano; qual a concepção dos alunos destas escolas sobre este processo e como o currículo urbano é colocado em prática pelos professores de geografia no ensino fundamental na escola rural que não está inserida na educação no campo.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudando o processo histórico da inserção da chamada Educação Rural no Brasil, percebeu-se que ela foi idealizada pelas elites para amenizar as consequências da migração dos homens e mulheres do campo para as zonas urbanas no período da industrialização após os anos de 1930.

Essa forma de pensar a educação reforçava a ideia de que os residentes no campo eram atrasados e pouco evoluídos e que necessitavam de ser adestrado para poder conviver em sociedade e que de preferência fosse uma educação para mantê-los na lida com a terra. Assim configurava-se o ruralismo pedagógico

O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia (...). Para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.(BEZERRA NETO, 2003 p. 11)

Com o passar do tempo e a maior organização política da sociedade camponesa, os movimentos de reforma agrária juntamente aos intelectuais da educação envolvidos com os pensamentos do alemão Karl Marx, passaram a reivindicar uma educação para a população do campo que construísse uma sociedade crítica frente ao sistema capitalista.

A Reforma Agrária aparece através das necessidades dos próprios trabalhadores. Aparece como condição para que outras necessidades sejam atendidas: necessidade de sobrevivência, necessidade de emprego, necessidade de saúde, de educação, de justiça, de futuro, de paz para as novas gerações, de respeito por sua própria lógica (camponesa) anticapitalista (isto é, por seu modo de pensar e de interpretar a vida), necessidade de integração política, de emancipação (isto é, de libertação de todos os vínculos de submissão), de reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário (MARTINS, 1994, p.159)

Nesse movimento houve uma ruptura do paradigma e a Educação Rural tornou-se obsoleta dando vez a Educação do Campo que tem seu significado intrínseco às conquistas entre lutas de classe. Sabe-se que

O envolvimento com a educação do campo pelos acampados, assentados, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, caiçaras, indígenas, entre outros sujeitos históricos do campo é de fundamental envergadura para as demandas dos movimentos sociais e enfrentamento das dificuldades a nível nacional, como por exemplo, a implementação das Diretrizes Operacionais Por Uma Educação do Campo. (CALDART, 2004 p.12).

Contudo, a educação nas áreas rurais atualmente tem dois viés a serem seguidos, um que é quando a sociedade tem representantes de movimentos sociais e recebem a Educação do Campo. Outro caso percebido que é o foco dessa pesquisa são as escolas rurais que recebem o mesmo currículo das escolas urbanas.

Sabe-se que na maioria das vezes os currículos urbanos atuais seguem o modelo mercadológico e visam, sobretudo, resultados e o Controle de Qualidade Total. Entendendo a educação como um produto, além de que estimulam a competitividade dos atores da educação e inserem as escolas num processo de performatividade.

O "CQT", uma das estratégias do modelo japonês -Toyotismo- é translado para a educação, sem adaptações, defendendo a crença de que seus princípios são temporais, universais e infalíveis. (...) o professor é expropriado do seu saber, transformando-se em um mero executor de tarefas (...) visualiza a qualidade numa visão mercadológica, definida pela relação de custo, redução de gastos, redução da repetência e evasão. (OLIVEIRA, 2007 p.124).

Estes currículos urbanos pautados em princípios neoliberais de qualidade total, de avaliação, de desempenho, de índices e metas não se preocupam com as escolas rurais, onde geralmente estudam alunos de famílias organizadas por meio da agricultura familiar ou que vivem de trabalho rural assalariado. Aplicam o mesmo currículo urbano, que muitas vezes inferiorizam o espaço rural e incentivam os jovens a migrarem para as áreas urbanas.

4 | METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos adotou-se uma revisão bibliográfica sobre Educação no Campo e Educação Rural, além de análises de documentos oficiais como a LDBEN, o CBC, o PNLD entre outros.

Para aprofundar a pesquisa optou por um acompanhamento de uma Escola Rural, que aplica currículo urbano, localizada em um distrito pertencente ao município de Alfenas-MG como mostrado na figura 1, na figura 2 é mostrado a localização do município de Alfenas no estado de Minas Gerais.

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE BARRANCO ALTO NO MUNICÍPIO DE ALFENAS

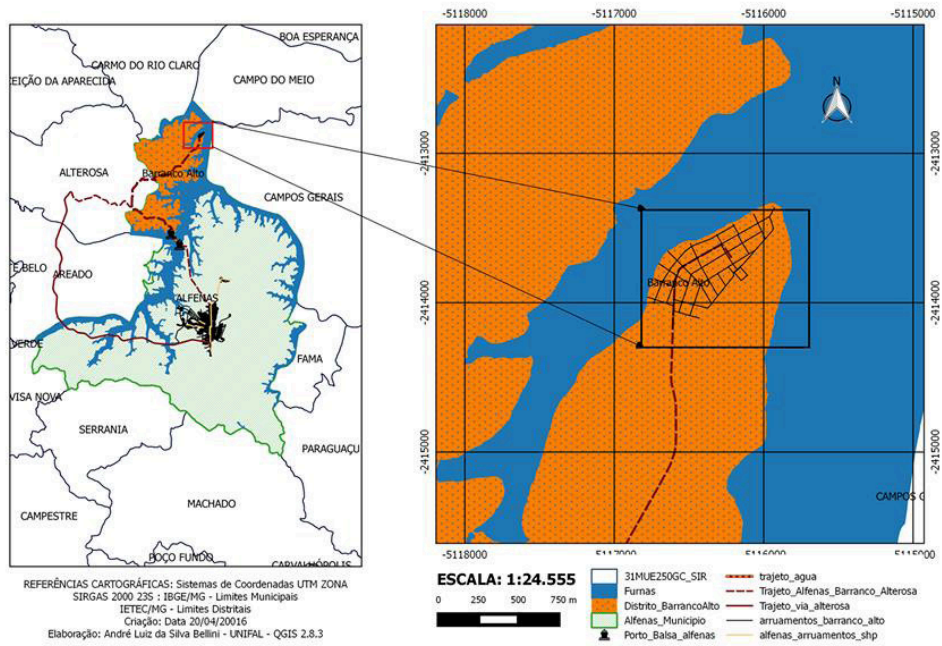


Figura 1) Mapa de identificação do município de Alfenas e do Distrito estudado.

Fonte: André Luiz da Silva Bellini (2016)

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS E DO DISTRITO DE BARRANCO ALTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

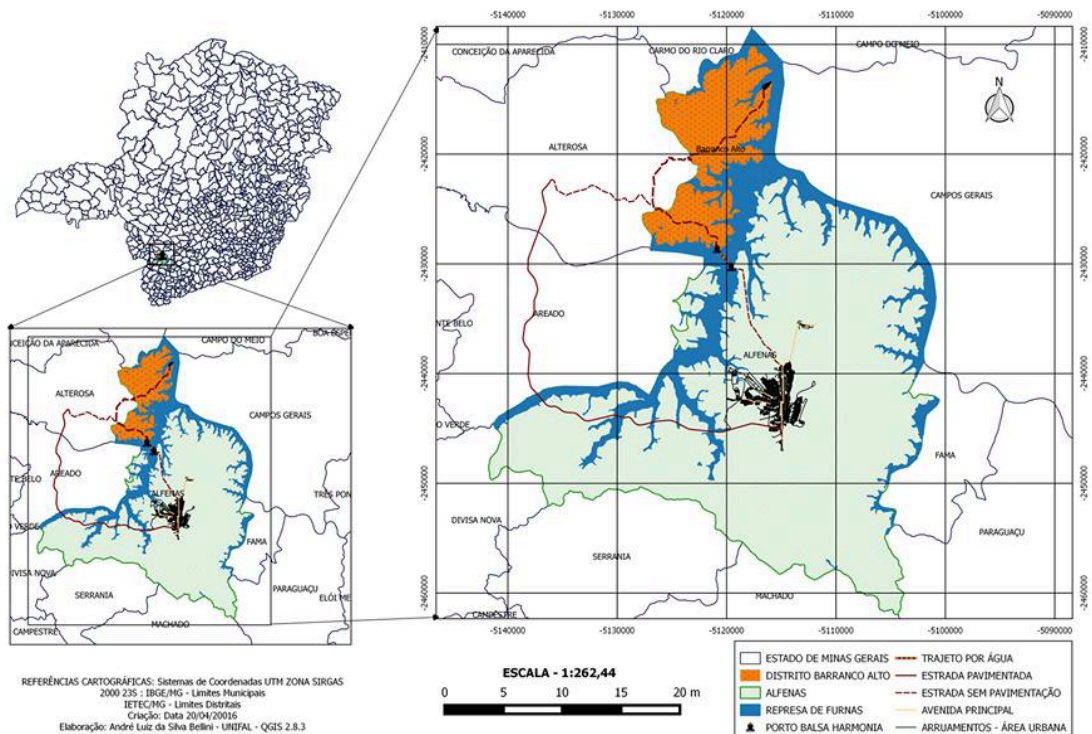


Figura 2) Mapa de identificação e localização de Alfenas no estado de MG.

Fonte: André Luiz da Silva Bellini (2016)

A referida escola oferece Ensino Infantil (Pré-escola) e Ensino Fundamental e segundo o Censo/2014 possui considerável infraestrutura, contando com água filtrada,

energia elétrica, fossa, recolhimento do lixo, acesso a internet.

Em suas dependências tem cinco salas de aulas, contam com vinte e quatro funcionários. Possui também uma sala reservada à diretoria, outra de professores, uma sala para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para atividades físicas tem uma quadra esportiva coberta. Possui também biblioteca, cozinha, banheiros femininos e masculinos, despensa e uma pequena área verde.

Essa escola recebe alunos tanto do distrito quanto das mediações rurais, como é o caso dos filhos(as) de sítiantes e de moradores/ trabalhadores que residem nas fazendas da região, e de bairros rurais de municípios vizinhos. Toma-se nota de que partes dos professores dessa escola são oriundos da cidade. Outra parte, como é o caso da gestão, alguns professores e da coordenação pedagógica são moradores da zona rural e mantêm vínculo de empregador em suas respectivas fazendas.

Reconhecida por sua tradicionalidade tal escola se destaca como uma das melhores avaliadas pelos órgãos como o INEP. Acredita-se que muito disso, deve-se aos métodos pedagógicos assumidos pelos seus membros formadores, que seguem exatamente o que é estipulado pelos modelos de educação neoliberal.

É necessário pontuar que a população desse distrito, em sua maioria, sobrevive economicamente do seu trabalho nas lavouras e outras atividades relacionadas à terra, pois, são poucas atividades que são desenvolvidas no distrito.

Ao mesmo tempo, são poucos os trabalhadores que possuem registro em carteira e que conhecem seus direitos e reivindicam pelos mesmos. Talvez isso aconteça, diferentemente dos lugares onde há o movimento social como o do MST, pela falta de se reconhecer como sendo parte dessa luta que também é da agricultura familiar.

O segundo passo dado foi a coleta de cadernos de alguns dos alunos que frequentam a escola pesquisada onde foram feitas análises dos conteúdos geográficos aplicados às turmas do Ensino Fundamental II, analisando sobretudo como o rural é abordado e que espaço ele tem neste modelo de ensino.

A escolha pela análise do caderno do aluno se deu pelo fato deste apresentar registro de um ano letivo completo e por possibilitar um maior entendimento das questões curriculares e metodológicas do processo ensino aprendizagem, refletindo assim um pouco do cotidiano escolar.

5 | RESULTADOS

Para refletir as diversas conquistas dos movimentos sociais, principalmente aqueles ligados ao MST, os estudiosos da educação criaram o termo Educação do Campo, que veio em substituição ao termo antigo que caracterizava uma forma de afirmação do poder das elites sobre o direcionamento da educação e vida da população rural.

O termo Educação do Campo vem como marco da conquista da luta de um povo para a oferta de uma educação de qualidade, sobretudo qualidade social, para as

populações residentes em áreas rurais.

Esse novo modelo de educação engloba as escolas do meio rural que possuem e aquelas que não possuem vínculos com estes movimentos já que se “preocupa com as crianças quilombolas, crianças assentadas, ribeirinhas, caiçaras, de comunidade de fundo de pasto, indígenas, pantaneiras, crianças viventes em distritos e vilas, ligados ou não com movimentos sociais ou de luta por reconhecimento de direitos”.

Porém ao pensar em criações de políticas públicas para a educação no campo para escolas como a do Barranco Alto, que não vivem a realidade dos movimentos sociais, caem na “vala comum” dos currículos urbanos pertencentes ao município, já que fica a cargo do município ou do estado a responsabilidade por estas escolas rurais.

Percebe-se que as escolas rurais que não tem vínculos com estes movimentos de luta, têm dois caminhos a serem feitos, ora se adaptam aos currículos urbanos, ora são fechadas e sofrem com o processo de nucleação.

Associado a isso, também tem a questão que investir nessa forma de educação aumentaria os gastos com materiais diferenciados, formação inicial e formação continuada dos professores, o que seria visto apenas como gastos desnecessários numa escola, que dentro dos padrões estabelecidos apresenta bons índices, não necessitando assim de mais investimentos.

Outra questão refletida neste trabalho é a necessidade de um ensino que seja significativo aos alunos que residem e tem relações diretas com o campo. Ao homogeneizar o ensino acredita-se que há o risco de perdas do significado de “ser do campo”, o aluno passa a se perceber apenas como “estando no campo”, submetendo-os assim a um processo escolarizantes externos à realidade rural.

Essa submissão faz com que os alunos passem a negar o campo enquanto espaço de vida e de produção de cultura, reafirmando a ideia de que é um espaço puramente voltado à produção econômica e ao mesmo tempo leva aceitar processos de dominação capitalista.

Tomou-se como exemplo do movimento citado anteriormente, os pontos de referência que a aluna utilizou para a construção do mapa mental que propunha retratar o trajeto realizado por ela de sua casa até a sua escola. (Figura 3).

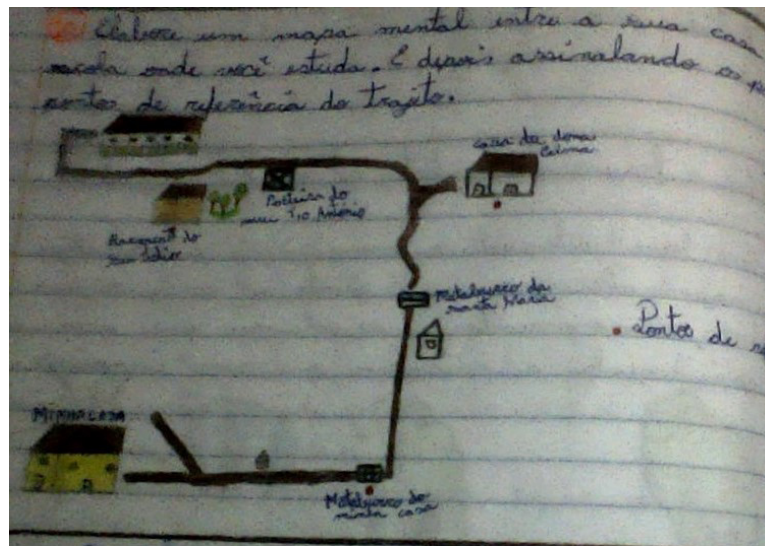


Figura 5: Caderno de aluno (a) do sexto ano do ensino fundamental.

Fonte: Trabalho de campo (2016).

Segundo Kozel (2007), os mapas mentais é uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais.

Ao analisar o trajeto de cerca de 8 Km descrito pela aluna, dois tipos de relação: a familiar; “Minha casa” e a “Porteira do meu tio Antônio” e a nítida ênfase que a aluna em questão deu para a relação econômica ao retratar as duas maiores fazendas da região; “o Mataburro da Santa Maria” e o “Barracão do seu Idio”.

Desconsiderando assim, outros espaços de vivências que poderiam ser citados, como por exemplo, o ponto onde espera o transporte escolar, os vizinhos próximos que são pequenos proprietários, o trevo onde é a parada do único ônibus que faz a linha: Barranco Alto/ Alfenas entre outros, reafirmando assim, o poder que o capital exerce até mesmo sobre aspectos subjetivos de construção de representação do espaço.

Pensando nisso, ao analisar o tópico dois (Paisagens do Cotidiano) do Eixo temático I do Currículo Básico Comum (2014) que se relaciona mais diretamente com os objetivos para o desenvolvimento e a construção do mapa mental, nota-se que em Habilidades “2.1. Interpretar as paisagens urbanas e rurais em suas oportunidades de trabalho e lazer valendo-se de imagens/fotos de tempos diferentes”, a ênfase que se dá é para a interpretação das paisagens em suas oportunidades de trabalho e em segunda instância vem o Lazer.

A mesma situação aparece quando nas Orientações Pedagógicas destacam a importância de se trabalhar com as principais atividades econômicas e depois as de lazer;

(...) Para tanto, o professor poderá desenvolver atividades que abordem a partir de diferentes gêneros (...) as principais atividades econômicas desenvolvidas no espaço urbano e rural, as principais formas de lazer relacionando essas com a forma de ocupação e construção da identidade do espaço em cada paisagem. Tais atividades devem ser seguidas por localização de informações cartográfáveis, categorização e mapeamento, conduzindo a aprendizagem para o reconhecimento

de que os fenômenos estudados se expressam em diferentes escalas geográficas. (Grifos Pessoais. MINAS GERAIS p.19-20 2014).

Percebe-se que a atividade utilizada aqui como exemplo, contribuiu muito para a aprendizagem cartográfica, no que se refere a representação espacial, localização dos elementos no espaço e descrição dos mesmos, além de permitir o entendimento do conceito de paisagem. No entanto, este processo se encontra incompleto se o professor não levar o aluno a refletir sobre o porquê da seleção destes elementos que foram representados e mediar o aprendizado levando o aluno a refletir sobre sua realidade.

Acredita-se que a Educação deve gerar formulações críticas da realidade, independentemente do espaço geográfico em si, esteja ele no campo ou na cidade. Pois será a partir deste olhar crítico que o indivíduo poderá identificar quais impasses existem e como cada indivíduo pode contribuir para sua solução, ao passo em que o alunado será capaz de tomar parte dos problemas e atuar neles num processo de ação- transformação.

Portanto, não basta haver uma escola localizada na zona rural para que essa receba uma Educação do Campo-ou qualquer outra forma de educação que seja também com viés libertário é necessário que os agentes que a compõe, desde pais/ alunos, professores, gestão, prefeitura/estado compartilhem e entendam a relevância da formação crítica para a valorização social/cultural do homem do campo em nossa sociedade.

6 | CONCLUSÕES

A preocupação maior com a adesão dos currículos urbanos em escolas rurais é com a possível formação de alunos alienados perante sua realidade. A formação de alunos que não se identificam como sendo sujeitos do campo e que sobretudo, aceitam sem oferecer resistências as condições impostas pelo sistema de produção capitalista, reproduzindo o discurso do opressor.

A educação oferecida aos atores do campo deve ser aquela para a construção de referências políticas e culturais, tem que ser uma formação que prepare os sujeitos para serem ativos na sociedade em que ele estiver inserido. Tem que ser uma educação que torne-os autônomos na decisão de permanecer ou continuar vivendo, produzindo e reproduzindo seus símbolos neste espaço que é tão complexo, como é o novo espaço rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. 2003. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, 2003.

CALDART, Roseli. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico para a educação do campo. In: MOLINA, M AZEVEDO DE JESUS, S. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação no campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma educação básica no campo, 2004.

KOZEL, Salete. **Da percepção e cognição à representação: Reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo: Terceira margem; Curitiba: NEER, 2007.

MARTINS, Jose Sousa. **Reforma Agraria: O impossível dialoga sobre a história possível**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo 2000.

MINAS GERAIS. **Currículo Básico Comum – Geografia (2014)**. Educação Básica - Ensino Fundamental (5a a 8a séries).

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Qualidade Total: Autonomia e garantia de sucesso escolar na escola básica?** Pro-Posições PUC-MG vol.8 n°(24) Novembro 2007

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-146-6

